

Monique Eleres do Nascimento  
Silvana Barbosa Pinto

---

# AS DIRETRIZES CURRICULARES E A ABORDAGEM DA SEXUALIDADE NA ESCOLA:

a gravidez na adolescência  
e os seus desafios

---



## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Autoras**

Monique Eleres do Nascimento  
Silvana Barbosa Pinto

## **Capa**

AYA Editora

## **Revisão**

As Autoras

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

# **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

*Instituto Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

*Centro Universitário FACEX*

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

*Universidade do Estado de Minas Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira

*Faculdade Sudoeste – FASU*

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

*Universidade Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Me. Jorge Soistak

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.º Me. José Henrique de Goes

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

*Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

*Faculdade Santana*

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

*Universidade Norte do Paraná*

Prof.º Me. Milson dos Santos Barbosa  
*Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP*

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste*

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda  
*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes  
*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira  
*Instituto Federal do Acre*

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail  
*Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares  
*Universidade Federal do Piauí*

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros  
Rodrigues  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda  
Santos  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues  
*Instituto Federal de Santa Catarina*

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier  
*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE*

© 2022 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelas autoras para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de suas autoras.

---

N244 Nascimento, Monique Eleres do

As diretrizes curriculares e a abordagem da sexualidade na escola: a gravidez na adolescência e os seus desafios [recurso eletrônico] / Monique Eleres do Nascimento, Silvana Barbosa Pinto. -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 42 p. -- ISBN: 978-65-88580-89-9

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.1.25

1. Ensino. 2. Currículo. 3. Educação sexual. 4. Gravidez na adolescência. I. Pinto, Silvana Barbosa. II. Título

CDD: 370.072

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

## International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

**CNPJ:** 36.140.631/0001-53

**Fone:** +55 42 3086-3131

**E-mail:** contato@ayaeditora.com.br

**Site:** <https://ayaeditora.com.br>

**Endereço:** Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I: CONSTRUINDO CENÁRIOS RELEVANTES SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA .....</b>	<b>10</b>
<b>Ancorando a discussão no sujeito adolescente .....</b>	<b>11</b>
<b>Recortes sobre a gravidez na adolescência no Brasil .....</b>	<b>13</b>
<b>A multidimensionalidade da legislação como processo educativo .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO II: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, CONTEXTUALIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE .....</b>	<b>22</b>
<b>O currículo escolar e o território da escola.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO III: CAMINHO METODOLÓGICO ....</b>	<b>27</b>
<b>Resultados e discussões .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>38</b>
<b>SOBRE AS AUTORAS .....</b>	<b>41</b>

# Prefácio

A educação brasileira ao longo dos anos vem sofrendo diversos ataques sejam eles ideológicos ou financeiros, mas nós educadores que temos como verbo o “Esperançar” ousamos acreditar que por meio da educação nos libertamos, para então libertar nossos educandos, pois nas palavras do mestre Paulo Freire, os homens se libertarão em comunhão”. Seguindo nessa comunhão de libertação desafiamos nossos limites, assumimos a necessidade das aprendizagens coletivas, nos espaços formais de ensino.

Confiantes nesse propósito, apresentamos a obra “As Diretrizes Curriculares e a abordagem da sexualidade na escola: a gravidez na adolescência e os seus desafios”, escrito por Monique Eleres do Nascimento e Silvana Barbosa Pinto, situando o tema transversal Sexualidade, como intrínseco e essencial aos programas de ensino, na educação básica brasileira, traçando um panorama geral da situação das adolescentes grávidas no Brasil. As autoras apontam que a abordagem e discussões sobre a sexualidade nas escolas notadamente contribuirá no desenvolvimento de ações formativas para adolescentes e jovens, que iniciam sua vida sexual de modo precoce, ainda essa mesma propositura acolheria as jovens mães, para que pudessem concluir a formação escolar.

Dialogando sobre a temática as autoras evidenciam que a gravidez na adolescência se configura na atualidade como um dos principais motivos da evasão escolar entre as meninas, condição que pode ser determinante para a vida de muitas adolescentes de classe economicamente desfavorecida. O tema é de grande relevância, por isso a revisão bibliográfica nos leva a refletir sobre o trabalho curricular e pedagógico referente a temática em questão, através da investigação das diretrizes curriculares da educação, os programas e projetos que tratam a respeito da adolescência, bem como a abordagem da sexualidade na escola.

***Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Paula Silveira  
(UFSCar/UFAM)***

## INTRODUÇÃO

Etimologicamente a palavra adolescência que é de origem latina, tem duplo significado como crescer e desenvolver-se. Nesse período do desenvolvimento, os sujeitos adolescentes passam por diversas mudanças físicas, emocionais, intelectuais, surgindo conflitos identitários, confrontos com as ideias dos seus pares, conflitos com a autoridade dos adultos, pais e professores, principalmente quando se sentem limitados ou controlados por eles. A família e a escola se configuram como o lugar e o território onde os adolescentes mais convivem socialmente, estabelecendo lições e ligações diversas, por isso esses espaços se revelam como campo de realizações, conflitos, embates e frustrações para o adolescente.

Nesse sentido, conjectura-se que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que envolve várias questões pessoais para cada sujeito, a partir de questões como o descobrimento da sua sexualidade, do desejo, na tentativa de encontrar sua identidade, e o envolvimento em grupos ou tribos. A busca por sua liberdade (autonomia) e ao mesmo tempo a independência dos pais, levando a uma confusão que é provocada por mudanças hormonais gerando sentimentos diversos, que são um grande desafio, é neste momento que aparecem pontos de vista diferentes, o que ocasiona embates no âmbito educacional, fazendo com que surja questões como a falta de atenção, a rebeldia, confronto com os professores e a não aceitação da opinião de pessoas mais velhas.

Dentre os desafios que fazem parte do crescer e desenvolver-se surge na vida da adolescente em período escolar a problemática da gravidez. Por sua vez a gravidez torna-se um problema complexo para o adolescente por ser um período de mudanças, como veremos mais detalhadamente nas seções seguintes.

Esta temática apresenta-se de forma relevante, propondo inúmeras reflexões e discussões no campo da educação no que diz respeito à gravidez precoce, pois de fato, essa situação repercute de forma negativa na vida destas mulheres em fase de adolescência, levando-as a enfrentar complicações ao gerar um filho, dificuldades essas na qual podemos citar: o abandono escolar.

Considerando a situação de gravidez precoce, a chegada de uma criança pode ocasionar uma desestruturação psicológica e social em todas as áreas da vida da adolescente, com as preocupações futuras sobre a sua vida e liberdade, obrigações e compromissos com a vida da criança, responsabilidades com as quais ainda não está plenamente amadurecida para enfrentar, a convivência com os familiares que podem desenvolver uma relação de desconfiança com a adolescente, o relacionamento com os parentes e vizinhos questionando a gravidez precoce, e a existência de fatores como as mudanças hormonais na gravidez que dificultam o acesso ao ambiente escolar implicando no seu afastamento.

No que diz respeito à educação sexual, no Brasil não há programas de orientação sistematizados mediante a discussão e debates nas escolas como em outros países. Apesar dos avanços em ciência e tecnologia, a educação sexual ainda é considerada um problema, por isso pouco discutida no ambiente da sala de aula, pois os professores não se sentem preparados ou autorizados pelas famílias para abordar os variados assuntos trazidos pelos estudantes adolescentes.

Desse modo, o estudo em desenvolvimento leva-nos a refletir sobre os desafios enfrentados pelas adolescentes da nossa sociedade ao precisar defrontar-se com a situação da gravidez ainda no período da vida escolar, simultaneamente vem carregada de obstáculos como a instabilidade e precariedade da instituição familiar que nem sempre se constitui como um espaço de acolhimento, devido a problemas de ordem social e econômica, podendo desencadear conflitos pela falta de aceitação dos membros da família, agressividade, punição e violência intrafamiliar.

Contudo o intuito de fazer essa abordagem é analisar as diretrizes curriculares da educação pública, mediante a investigação de programas e projetos direcionados para o sujeito adolescente, considerando a abordagem da sexualidade e da gravidez precoce. Também explanar sobre as diretrizes educacionais públicas, a partir da observação dos programas e projetos sobre



a educação sexual no currículo escolar. Assim como aborda as questões da sexualidade no currículo escolar e o tratamento da temática apresentada pelos professores. E indicadores de gravidez na adolescência e abandono escolar ocasionados pela complexidade da gravidez precoce.

Diante do exposto, o procedimento metodológico deve ser adequado ao objeto pesquisado. Assim, encaminharemos os estudos sobre a temática na vertente e dimensão da pesquisa bibliográfica e documental, com o levantamento de literatura especializada e documentos oficiais importantes para mapear o nosso objeto de investigação, objetivando acompanhar os estudos relevantes sobre o problema pesquisado.

São várias as questões envolvidas nessa problemática conflituosa e desafiadora, produzindo no sujeito adolescente o medo, a vergonha da exposição pública, preconceito dos professores e colegas, pressão da família, rejeição e abandono por parte do pai da criança, bem como as possibilidades de exclusão da vida escolar, atrasando a realização do projeto de vida e acesso a níveis mais elevados de desenvolvimento intelectual e acadêmico. Por isso ressalta-se a necessidade de discussão dessa temática principalmente na área da educação, no espaço da escola e na sociedade, visando propostas e metodologias que possam contribuir na compreensão dessa problemática.

# CAPÍTULO I: CONSTRUINDO CENÁRIOS RELEVANTES SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O intuito desse capítulo é apontar recortes que abordam o cenário atual das adolescentes grávidas no Brasil, assim como o processo histórico do amparo legal dado a elas. A análise desse tema torna-se atual visto que essa problemática apesar de ser discutida em várias áreas como Psicologia, Serviço Social, Enfermagem e outras, ainda precisa ser discutida principalmente no âmbito da Educação, por ser evidente a dificuldade que as adolescentes grávidas passam principalmente em relação ao prosseguimento nos seus estudos e preservação da vida.

A sexualidade envolve, dentre outros aspectos, o exercício da liberdade sexual, bem como a autonomia sob as diversas decisões sobre o seu corpo, comportamentos sexuais e suas consequências. Na adolescência, as diferentes transformações ocorridas associadas às experiências vividas podem levar o indivíduo à prática de relações sexuais de modo ocasional e em alguns casos desprotegida. Os comportamentos sexuais de riscos podem comprometer a vida futura, com consequências relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis sem cura e à ocorrência de gravidez não planejada. (SENA, 2013, p.19)

A problemática da gravidez na adolescência enquanto categoria de análise se integra ao campo das reflexões sobre a adolescência e juventude própria da atualidade, passando a ser cada vez mais tecida no território da escola, nas discussões que devem permear o campo da educação, principalmente devido as mudanças de paradigmas sociais, as revisões nos documentos que compõem o currículo escolar, a organização dos eixos disciplinares e a abordagem das habilidades e competências referentes aos objetos de aprendizagem.

Entende-se também que o tema abordado é uma realidade exposta na sociedade atual, segundo Bourdieu, “os objetos de pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem realidades notadas”, logo precisam ser analisada, discutidas e assim construir formas que possam responder as problemáticas e expostas na sociedade, como o tema já aqui elenca-

do.

Ademais, a gravidez pode ser compreendida como um fenômeno que pode ocasionar prejuízos e repercussões de ordem psicológica, social e obstétrica à adolescente, que ainda pode iniciar a maternidade experienciando uma intervenção cirúrgica. As consequências negativas podem estar associadas a uma gravidez não planejada entre adolescentes, tais como dificuldades no desenvolvimento da adolescência, abandono escolar, redução de oportunidades de realização profissional e maior risco de complicações da saúde materna.

Discutir sobre a gravidez na adolescência sobre uma perspectiva da educação, é um dos grandes desafios da escola, pois a abordagem da temática desvela a realidade dos documentos escolares que evitam lidar com esse tema, e a escola constrói uma visão negativa relativa a vida das adolescente que engravidam, assim falta a reflexão no cenário educativo sobre a importância de uma base curricular que alcance e que desvele a vida das meninas que vivem principalmente nas periferias das grandes cidades.

## Ancorando a discussão no sujeito adolescente

É importante enfatizar primeiramente que a adolescência é um período de transição entre a infância e a vida adulta, ocasionando assim transformações físicas, mentais e até mesmo no amadurecimento, pois essa fase encerra, consolida o seu desenvolvimento e a personalidade, segundo Eisenstein (2005).

Também se destaca o conceito de puberdade que é o fenômeno biológico no qual se refere às mudanças morfológicas e fisiológicas (forma, tamanho e função). Afirma Eisenstein:

Estas mudanças corporais conhecidas como os fenômenos da pubarca ou adrearca e gonadarca são parte de um processo contínuo e dinâmico que se inicia durante a vida fetal e termina com o completo crescimento e fusão total das epífises ósseas, com o desenvolvimento das características sexuais secundárias, com a completa maturação da mulher e do homem e de sua capacidade de fecundação, através de ovulação e espermatogênese, respectivamente, garantindo a perpetuação da espécie humana. (2005, p. 6).

Desse modo, esse período é de transição incluindo mudanças biológicas durante esse período é difícil definir limites precisos de início e término da adolescência. Apesar de não ser exato em média o período da adolescência é quando inicia-se o aparecimento gradual de características sexuais entre 11 ou 12 anos de idade. Esse período de crescimento corporal se encerra por volta entre 18 a 20 anos.

Por sua vez o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no art. 2º demarca a faixa

etária dos sujeitos adolescentes de acordo com a citação do referido texto legal, conforme segue: “Art. 2º- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

O que podemos compreender é que a caracterização do sujeito adolescente ultrapassa as delimitações cronológicas, adentrando também as concepções sociológicas e antropológicas, o território e o lugar, as questões econômicas e sociais, construindo diversas perspectivas das adolescências que vislumbramos como plurais.

Entretanto, muitas peculiaridades agregadas atualmente à adolescência fizeram parte de construções sociais constituídas ao longo da história e foram registradas, por vários estudiosos, em documentos históricos. Desse modo, não se pode conferir características universais à adolescência, uma vez que ela é vivenciada de diferentes formas devido às diversidades das interações e contextos (sociais, históricos, políticos e econômicos) que permeiam as experiências do adolescente. Assim, faz-se necessário ultrapassar perspectivas naturalizantes e compreender a adolescência como etapa construída, ao longo da história, nas interações e processos sociais. (SENA, 2013, p.18)

Diante desse quadro, é importante apontar que no Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) consideram a adolescência uma área de especialização dentro da pediatria. O Ministério da Saúde, através de sua Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ), implantará em todo o território nacional, o cartão do adolescente, cobrindo a faixa etária dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias, abordando também conteúdos para a juventude e incluindo vários dados sobre crescimento, desenvolvimento, imunização e prevenção de doenças transmissíveis.

No que se refere ao âmbito da Psicologia, há concepções que colocam a adolescência como uma fase natural e inerente do desenvolvimento humano, caracterizada por conflitos e crises próprias dessa faixa etária. Assim, essa perspectiva deposita uma visão universalizante ao período da adolescência, o qual contempla particularidades que assumem um caráter negativo, de modo que os adolescentes, independentemente da sua inserção histórica e cultural, passam por momentos de sofrimentos, tensões e turbulências considerados típicos dessa fase. (SENA, 2013, p.18)

A compreensão do conceito abre espaço para voltarmos a nossa reflexão para aquelas adolescentes que estão passando por situação de gravidez, assim também como discutirmos medidas de prevenção. Contudo faz-se necessário observar a trajetória histórica dessa problemática e quais medidas foram tomadas para desenvolver ações educativas estrategicamente pensadas para os sujeitos adolescentes.

## Recortes sobre a gravidez na adolescência no Brasil

Com intuito de tratarmos melhor a temática é necessário compreender o fato de que a gravidez precoce é um problema de saúde pública, uma vez que causa riscos à saúde da mãe do bebê e tem impacto socioeconômico, pois muitas das grávidas abandonam os estudos e apresentam maior dificuldade para se sustentar.

A partir dos conceitos que pretendem considerar e favorecer a vida do adolescente, podemos observar que muitos em situação de gravidez abandonam os estudos, como aponta a Fundação Abrinq, que divulgou um estudo em 2019 no qual explanou que menos de 20% das mães no Brasil não concluíram o Ensino Fundamental e esse número salta para quase 30% quando consideramos só as mães adolescentes, com até 19 anos. Ou seja, com base nesses dados podemos concluir que um número expressivo de mulheres não completaram os estudos e esse número torna-se mais expressivo quando se trata de adolescentes.

Seguimos a nossa reflexão com base em Socal (2003, p. 76 *apud* PRIORI, 2008, p.16):

A gravidez na adolescência é um problema complexo, pois implica em dois fenômenos do desenvolvimento humano: adolescência e gestação. A adolescência é um período de crescimento e desenvolvimento humano, em que se observam rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis, a citar o acentuado crescimento pondo-estatural, o surgimento de novas formas físicas e estéticas, as transformações no funcionamento orgânico, a construção de novas relações intersubjetivas e as manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e de se comportar refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo da família. Já o período gestacional é repleto de modificações físicas, psicológicas, hormonais, neurológicas, sociais e familiares. A saúde reprodutiva depende de uma gama de condições sócio-culturais propícias, tais como serviços de saúde de qualidade, adequadas condições de vida e estabilidade social.

Assim sendo, inicialmente as ações para enfrentamento dessa problemática surgiram discretamente, segundo alguns estudos a partir da década de 50 uma preocupação com o adolescente, mas em esforços isolados. No ano de 1986, o Ministério da Saúde incluiu a assistência à saúde do adolescente em suas atribuições através da Divisão materno Infantil.

As atuações da área técnica da saúde do adolescente e do jovem eram voltadas para a implantação de ações que visam à atenção integral da criança e do adolescente, ao decorrer de décadas, mais leis foram implementadas visando uma atenção às crianças e aos adolescentes, a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro ponto a destacar-se é que apesar da discussão apresentada girar entorno do gênero feminino, também verificamos que os meninos trazem consigo muitas dúvidas, temores e conflitos diante da situação de gravidez na adolescência. Porém, a maioria não pratica o sexo de maneira segura, pois não receberam a correta educação sexual ou dizem que não gostam de usar preservativos. Assim geralmente a menina é a mais afetada na relação, com a imposição do menino em não utilizar preservativos, apontando como consequência a gravidez precoce ou DSTs.

Além do mais, a menina é quem contará para a família sobre a gravidez, ou caso venham a descobrir a sua situação, precisará conversar com seus pais e responsáveis, o que poderá desencadear uma situação de violência doméstica. Também tem a responsabilidade de carregar a criança no seu ventre, vivenciando os problemas ocasionados pela gestação precoce, bem como devendo enfrentar a cobrança social de parentes, colegas e vizinhos, podendo ficar desanimada em permanecer na escola. Em outras manifestações de punição imposta pela família, pode ser proibida de continuar estudando e se relacionar com colegas da mesma idade. A gravidez na adolescência provoca sentimentos e percepções de impotência, afastando muitas meninas da escola, e conseqüentemente da aprendizagem formal, atrasando o seu desenvolvimento escolar.

Diante desse quadro, o Estatuto da Criança e do Adolescente aponta como uma das formas de amparo as criança e adolescentes a implantação de trabalhos em redes de atendimento e proteção, principalmente levando-se em consideração a gravidez na adolescência considerada em documentos oficiais como um problema de saúde pública, que diz respeito a adolescente, sua família e a escola. Segundo Faleiros (1999), devemos observar que,

a rede é uma articulação de atores em torno, vamos nos expressar assim, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança de comportamento (...). É a superação do voluntarismo e do determinismo, da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de que tudo pode mudar. Na intervenção de Redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais. Trata-se de uma teoria relacional de poder, de uma teoria relacional de construção da trajetória (FALEIROS, 1999, p. 25).

Compreende-se que para amparar uma adolescente grávida é necessário o apoio, o trabalho em rede, pois através da rede aquela adolescente será acolhida na área psicológica,

social e outras. Não podemos deixar de apontar também que a falta desse amparo deixa a adolescente vulnerável á alguns contextos sociais e até mesmo as precárias condições econômicas, a violência doméstica, com implicações na saúde da adolescente e do bebê.

Seguindo a nossa reflexão, a ausência de proteção integral implica em diversos fatores que interferem na sua situação escolar, bem como nas condições de aprendizagem, permanência na escola e projetos de vida. Destacamos que a gravidez na adolescência pode desencadear a exclusão e discriminação na sala de aula, na relação com o grupo de pares na escola, inviabilizando projetos pessoais para o futuro como o acesso aos melhores níveis de formação. Por isso a importância de discutir essa temática com professores e de abordar sobre a sexualidade de uma maneira dinâmica e didática nas escolas.

Nessa perspectiva, balizaremos a discussão a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento homologado em 2017. Observamos que o presente documento não apresenta uma abordagem detalhada sobre a temática da sexualidade para ser inserida no currículo escolar, bem como não apresenta a proposição para o Projeto Político Pedagógico - PPP. Verificamos que quase sempre os conteúdos presentes nos livros didáticos dizem respeito às questões sobre sexo com a condução do discurso comumente no campo da biologia, a partir das apresentações dos capítulos sobre os órgãos do aparelho reprodutivo, com a transposição didática realizada pelo professor com caráter didático-pedagógico. Porém é de extrema importância criar espaços para “[...] desenvolver trabalho com grupos de adolescentes a partir das necessidades apontadas por eles para que sejam atores ativos nesse processo, o que contribuirá na sua formação para a vida e para o mundo[...]” (2008, p.318 *apud* SCHUMACHER, 2011, p. 40).

Desse modo, apesar dos estudos apresentados por sociólogos, psicólogos e profissionais da área da saúde, encontramos os educadores resistentes ao diálogos com os adolescentes, evitando o tratamento das temáticas da sexualidade na escola, levando os estudantes adolescentes a dialogarem entre si, no pátio, nas ruas e nas redes sociais, sem a mediação dos professores. Podemos observar que é muito importante o conhecimento e a compreensão do conceito, sendo bastante elucidativa a reflexão sobre a sexualidade apresentada pela Organização Mundial de Saúde:

A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico. (OMS, 1975)

A Organização Mundial de Saúde apresenta um conceito fundamental para a vida humana com plenitude. Porém, muitos pais não se sentem preparados para dialogar sobre o tema da sexualidade, pois a família brasileira alicerçada na matriz patriarcal e religiosa ainda tem muitos tabus camuflados, porém que se revelam quando precisam conversar sobre sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, vivência da sexualidade, manifestação sexual e afetividade, gravidez e aborto. Sendo assim, o adolescente acaba trazendo à tona as consequências dessa falta de diálogos e conversas com a família, como por exemplo, na sua imaturidade, vivenciam momentos de fantasias, se relacionam com intensidade emocional e afetiva, levando a gravidez precoce.

Entretanto, existem outros fatores que consideramos em nosso estudo, como no caso da gravidez precoce ser marcada pela questão da ausência de valores éticos e morais da educação familiar. Também pelo fato do grupo familiar ser muito permissivo, dando excesso de liberdade aos adolescentes antes de estarem completamente amadurecidos para responder pelos seus atos, iniciando precocemente a vida sexual, podendo conjuntamente aparecer nessa fase o consumo de bebidas alcoólicas, entorpecentes, envolvimento em situações de agressão e violência doméstica e urbana.

Outrossim, em um ambiente familiar desestruturado, reduzindo e diminuindo a importância da educação sexual, bem como a desconsideração do conjunto dos aspectos que envolvem a sexualidade, surge a desinformação ou excesso de informações duvidosas, que podem levar o adolescente a banalização da prática sexual e da sua sexualidade, sem respeitar as suas experiências afetivas e emocionais, bem como a falta de utilização de preservativos e cuidados com a saúde, o que tem provocado o aumento de doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, como sífilis e o vírus da imunodeficiência humana – HIV, causador da AIDS entre os jovens brasileiros, enquanto a média mundial passou a cair nos últimos anos, no Brasil o quadro é considerado gravíssimo, como aponta o Ministério da Saúde:



[...] é que das 4.500 novas **infecções** pelo vírus HIV em adultos, 35% ocorreram entre **jo-vens** de 15 a 24 anos. De 2006 a 2015, a taxa de detecção de casos de AIDS entre jovens do sexo masculino, com 15 a 19 anos, quase que triplicou, de 2,4 para 6,9 casos por 100 mil habitantes. Já entre aqueles na faixa dos 20 aos 24 anos, o índice mais do que dobrou: de 15,9 para 33,1 casos por 100 mil habitantes.

Outros dados alarmantes apontam um média relativamente alta com relação ao número de adolescentes grávidas, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), atualmente no Brasil todos os anos nascem 430 mil bebês, que são filhos de mães adolescentes. Ainda segundo o referido documento a taxa de fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos é de 62 mil crianças nascidas vivas, bem maior que a média mundial que é de 44 mil. Por isso a importância do diálogo e de trabalhar sobre a sexualidade com esse público.

Nessa perspectiva, a escola em parceria com a família deve compor a rede de atendimento e proteção para esclarecer e prevenir problemas como esses citados. Especificamente envolvendo as adolescentes em situação de gravidez, é necessário estabelecer uma ponte para dialogar, aproximar e acompanhar, evitando julgamentos e exclusão do convívio na escola para compreender as dificuldades das meninas adolescentes, auxiliando na permanência no ambiente escolar, visando a continuidade nos estudos, principalmente quando as adolescentes se tornam mães.

A escola pode construir e consolidar um serviço de orientação educacional contando com o apoio dos pais, de centros de saúde, com psicólogos e assistentes sociais, acompanhando a saúde física e psicológica, ouvindo sobre quais são os temores e as esperanças das adolescentes, acompanhando os impactos na aprendizagem, melhorando a sua atuação para ajudar a realizar o projeto de vida das adolescentes que são mães.

Para melhor tratarmos sobre as formas e estratégias de acolhimento faz-se necessário abordarmos sobre a jurisdição dessa temática, ou seja, onde essas adolescentes podem encontrar amparo legal.

## **A multidimensionalidade da legislação como processo educativo**

Primeiramente, podemos explicar sobre a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ambas são muito recentes no Brasil. Por isso a importância de tratar sobre essa temática na escola, uma vez que a legislação para este público é recente, faz-se

necessário estratégias para colaborar com a efetivação dessa lei na sociedade, principalmente para que possa ser executada e o público a quem se direciona a lei seja devidamente alcançado. Existem também outras legislações correlacionadas a este tema que auxiliam principalmente no amparo das jovens grávidas em situação de vulnerabilidade social e como esse amparo legal pode contribuir de maneira efetiva na realidade escolar dessas jovens.

É à Escola que cumpre oferecer respostas a essa indagação. Embora sejam muitos os espaços educativos, é o sistema escolar formal que propicia uma educação sistemática, metódica, aprofundada, devido a sua extensão – são 12 anos de Educação Básica – e, sobretudo, ao fato de que lhe cabe não apenas transmitir o patrimônio cultural (científico, linguístico-literário, humanístico, artístico) da espécie humana, produzido por outras gerações. Cabe à Escola ensinar os educandos a contextualizarem seus conhecimentos, identificando a sua significação e mobilizando-os para a existência humana em suas várias dimensões, ou seja, produzindo novos conhecimentos para enfrentamento das situações problemas do contexto sócio-histórico. (BRASIL,2012, p. 13)

Nesse sentido, a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 13 de julho de 1990, instituiu um conceito de rede de proteção às crianças e adolescentes, determinando que estes devem receber a atenção da sociedade, poder público, família, escola e comunidade com a implementação de políticas públicas de grande alcance em todo o país, caso contrário os responsáveis ao cometerem atos de negligência, abandono, violência, discriminação e preconceitos serão responsabilizados e responderão perante a justiça. O referido documento representa um grande avanço nas conquistas dos direitos das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente faz parte da Cultura dos Direitos Humanos, direcionado para a infância e a adolescência. O seu fundamento é, pois, considerar crianças e adolescentes como sujeitos de dignidade e de direitos, tanto quanto os demais sujeitos, de outras faixas etárias. O conteúdo do Estatuto expressa uma nítida superação de uma concepção de psicologia do desenvolvimento humano e de educação, amplamente criticada e superada epistemologicamente, que via crianças e adolescentes miniaturas de adultos, a serem moldados autoritariamente. E concretiza a instauração de uma outra concepção psicopedagógicas reconhecendo as especificidades desses sujeitos – criança e adolescente – e de seu desenvolvimento, diferenciados do desenvolvimento de um adulto na maturidade, por sua vez, diferenciados de uma pessoa idosa. (BRASIL,2012, p. 14)

Desse modo, ainda analisando o texto da referida lei, o Art. 3º trata sobre os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, citando a proteção integral independentemente da classe social, local de nascimento, moradia, credo, sexo, etnia, sendo relevante que crianças e adolescentes se encontrem abrigadas e amparadas, recebendo a devida proteção da família, da comunidade e do Estado, que deve formular planos, programas, projetos que auxiliem crianças

e adolescentes para seu pleno desenvolvimento.

Art. 3º- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

No decorrer de nossos estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando tratamos do “Sistema de garantia de direitos”, observamos no art. 86 que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”. Assim sendo, encontra-se registrado no corpo da lei que o atendimento também alcança as adolescentes em situação de gravidez, por isso é obrigatório o atendimento e acolhimento das adolescentes na família, na comunidade, na escola e nos serviços de saúde pública, sendo proibido qualquer tipo de ação discriminatória ou relegar a adolescente a própria sorte, colocando-a em plano secundário como punição.

Diante dos aspectos acima mencionados, é possível inferir que independente da maneira como a família é concebida e configurada, é em seu interior que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais e internaliza normas e valores que são levados por toda a vida, e que irão determinar as posturas e comportamentos futuros. Assim, fatores familiares positivos, como relacionamentos pautados no respeito e na confiança, devem ser estimulados, principalmente na adolescência, por ser uma fase de franco processo de crescimento e desenvolvimento do indivíduo. Por outro lado, um ambiente familiar hostil, pode favorecer ocorrências marcantes e irreversíveis na vida de um sujeito, afetando seus componentes físico, emocional e mental e aumentando a vulnerabilidade dos adolescentes [...]. (MAGALHÃES, 2015, p. 13)

Vale salientar, que além do ECA que aborda sobre o atendimento integral ao adolescente, faz-se necessário explanar que esse atendimento integral precisa também funcionar dentro das instituições escolares com suporte não só dos professores, demais equipe de educadores da escola, mais também por outros profissionais, como explanada na Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Vale aqui ressaltar que não se trata de transferir para os professores as responsabilidades jurídicas e assistenciais referentes aos direitos e deveres de crianças e adolescentes. Mas sim, prepará-los e instrumentalizá-los para fazer a sua parte no que tange à dimensão educacional do ECA. Esta controvertida discussão não é nova e existem, por outro lado, muitos educadores que já se organizam e se mobilizam para desenvolver a cidadania escolar plena. Estes profissionais elaboram projetos e ações que visam à resolução de

conflitos escolares<sup>3</sup>, explicitados em diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes e destes contra a própria escola, muitas vezes, como reflexo ou consequência de violações por eles sofridas, caracterizando um ciclo que precisa ser rompido. Estas ações são exemplos de que é possível rompê-lo. (BRASIL, 2012, p. 17)

Logo as instituições públicas de ensino especificamente, deverão contar com serviços de psicologia e de serviço social para “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (2019). Ou seja, essas equipes deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, assim como orientar e assegurar a garantia do direito daquelas crianças, adolescentes e em especial adolescentes em situação de gravidez.

Também salienta-se que essa rede de apoio que oferece auxílio as adolescentes grávidas colocam em prática o Art. 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esse amparo legal e o apoio da rede de proteção permite também alcançar aquelas adolescentes grávidas expostas a situações vulneráveis, principalmente a discriminação no seu meio social e a negligência por parte da própria família.

Dessa forma, alguns fatores como, por exemplo, comunidade de pertença, classe social e escolaridade, aliados ao contexto de interação e experiência subjetiva, influenciam as construções de sentidos, constituídas por determinados grupos populacionais, em torno da gravidez na adolescência. De tal modo, a rede de profissionais de saúde destaca-se como um grupo de fundamental importância no que diz respeito à promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. A compreensão que os profissionais de saúde possuem sobre a gravidez/maternidade na adolescência fornece contribuições ao entendimento das práticas direcionadas ao público adolescente. (SENA, 2013, p. 20)

Desse modo, o aporte normativo-jurídico deverá garantir ao adolescente um suporte por meio das políticas públicas, conforme a citação da Constituição Federal, no § 1º: “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem-admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas [...]”. A partir desse pressuposto fica exposto a necessidade de criar políticas públicas que atendam as adolescentes que estão nessas condições, com o desenvolvimento de meios para aproximá-las

e incluí-las, fazendo com que o abandono escolar não seja a única opção, ou até mesmo seja tomada essa decisão por falta de outras alternativas.

## CAPÍTULO II: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, CONTEXTUALIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE

Neste capítulo será apontado considerações com intuito de propor formas de corresponder a problemática situada e elencada, especificamente no âmbito da educação.

A gravidez na adolescência passou a integrar o rol das preocupações mundiais sobre saúde pública, pois é relevante a apreensão e cuidados com a saúde materna de adolescentes. Dentre essas preocupações existe o agravamento de doenças e riscos de morte de grávidas nessa faixa etária, bem como o nascimento prematuro da criança com risco de morte, ocasionando diversas complicações para a mãe e bebê. Por isso, encontramos no documento os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”, com aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU), referências sobre a urgência em implantar e implementar programas e projetos para a orientação de adolescente sobre a sexualidade, objetivando a diminuição do número de adolescentes grávidas e proteção feminina.

Sem dúvida, há uma variedade de fatores que compõe e implicam em vivenciar o período da adolescência sem precisar enfrentar uma gravidez precoce, como valores, tradições, situações socioeconômicas, costumes, cultura e etc. Nesse sentido, outros indicadores são determinantes como a educação, trabalho, família, condição econômica, que trazem uma carga de responsabilidade entorno do adolescente com a representação do papel de todos os atores envolvidos. Também o poder público deve criar políticas públicas com programas, projetos e ações que integrem o adolescente em atividades de educação, saúde, esportes, artes, cinema, literatura, lazer e outros, com a inclusão dos sujeitos para contribuir no desenvolvimento social, participação política e na cidadania.

Vale ressaltar que a gravidez na adolescência não se limita aos aspectos biológicos ou emocionais da gestante, pois a adolescente que engravida está imersa em uma construção social historicamente e geograficamente contextualizada que interfere na sua subjetividade e na forma como se apropriam dos acontecimentos da sua vida. Desse modo, aspectos culturais e sociais interferem na constituição dos valores, rituais, imagens e tradições que permeiam os sentidos atribuídos e compartilhados acerca da gestação na adolescência. (SENA, 2013, p.19)

Quando adentramos o campo da educação, observamos a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em 1997. A criação desse documento de orientações objetivava desenvolver questões significativas na escola como a abordagem sobre a sexualidade, que consta no documento intitulado "Orientação Sexual", mediante a organização de temas transversais para perpassar todo o currículo e o planejamento da escola, com a proposta de ensino para ser desenvolvido na perspectiva interdisciplinar, com temas transversais perpassando de forma dinâmica todas as disciplinas.

Na adolescência, a sexualidade tem uma dimensão especial, que é o aparecimento da capacidade reprodutiva no ser humano, que acontece ao mesmo tempo em que estão ocorrendo profundas transformações biológicas, psicológicas e sociais. O acelerado crescimento físico dessa fase é acompanhado pela maturação sexual. A capacidade de abstração e o pensamento crítico se desenvolvem, juntamente com um maior senso de independência emocional e de autoconhecimento. Formula-se, gradualmente, o código pessoal de valores éticos e morais. (BRASIL, 2013, p. 64)

A adoção dos temas transversais surge com uma característica de interdisciplinaridade, com conteúdos não associados a matérias tradicionais, ao mesmo tempo mais livres para dialogar com os diversos componentes curriculares como português, matemática, história, geografia, artes, dentre outros temas e disciplinas.

Por exemplo, congregando atividades em Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, ao se perceber a necessidade de discutir a violência sexual na escola: Português pode desenvolver atividades de leitura e interpretação de textos sobre o tema; Matemática, construindo tabelas, gráficos e porcentagens, apontando estatísticas; História, com a perspectiva da infância e da adolescência em várias sociedades, em várias épocas, apontando as suas respectivas percepções e práticas em torno da questão; Geografia, localizando espacialmente a violência sexual nas várias escalas territoriais: internacional, nacional, regional e local; Ciências, estabelecendo a relação entre a violência e as suas marcas no corpo humano; e assim por diante. Ou, ainda, através de um trabalho mais abrangente envolvendo toda a comunidade escolar, mediante ciclos de palestras, exposições, pesquisas entre os alunos e pais/mães, moradores do bairro. (BRASIL, 2012, p. 18)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) se tornou um modelo para a educação nacional, inclusive para a futura construção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC homologada em 2017. A proposta da BNCC pretende dar mais autonomia para o professor na sala de

aula, já que é dentro da escola que se obtém conhecimentos de diversos tipos. Vygotsky afirma que “ocorrem na escola - demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções - que são fundamentais na promoção de um bom ensino”, pelo fato de que o estudante sozinho não tem condições de realizar um aprendizado pleno sem um auxílio ou intervenção de outra pessoa, o que é indispensável no desenvolvimento daquele ser humano.

Nessa perspectiva, no decorrer do processo educacional, surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) em 1990, que tinham a intenção de fundamentar e orientar os estabelecimentos educacionais, possibilitando a organização e avaliação das suas atividades pedagógicas. Em 2014 houve a inclusão de novas categorias que ajudavam na integração de diversos métodos educativos.

Diferentemente das diretrizes e dos parâmetros, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, destaca a partir do respeito pelo direito de aprendizagem para todos, as competências gerais da educação básica com foco no desenvolvimento de habilidades gerais e específicas, com o tratamento de objetos de aprendizagens (conteúdos), com a intenção de possibilitar aprendizagens cada vez mais complexas, realizando o processo avaliativo compartilhado com o estudante.

Desse modo, a BNCC detalha as habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa e níveis do ensino da educação básica, especificando as expectativas de aprendizagem a serem conquistadas. Com isso o currículo escolar vai se encadeando, objetivando a proposta pedagógica para a construção da educação integral. Nesse caso, como premissa a escola deve acolher e envolver todos os sujeitos independentemente da sua condição. Dentre esses sujeitos temos as adolescentes grávidas que devem continuar a frequentar a escola durante o período de gestação, recebendo apoio para não abandonar a escola.

Nesse sentido, a jovem que engravida renuncia as experiências consideradas próprias da sua idade em prol da maternidade. Dessa forma, perante os cuidados com a gravidez e futuro filho, a adolescente acaba por pular etapas de sua vida para assumir as funções advindas ao “ser mãe”. Então, o elemento pular etapas aproxima-se da ideia que a gravidez abrevia a adolescência, pois ocasionaria amadurecimento antecipado e entrada no “mundo adulto” devido às responsabilidades adquiridas com o papel social de mãe e, assim, haveria perdas de vivências pessoais e emocionais consideradas típicas dessa fase. (SENA, 2013, p. 71)

Compreende-se que após o nascimento da criança a responsabilidade com o seu filho se



torna maior que a responsabilidade escolar, o que pode provocar o abandono e a evasão escolar, adiando o processo de escolarização até que a criança tenha idade para ficar em uma creche, ou sob o cuidado de uma pessoa da família. Ao mesmo tempo, as adolescentes que conseguem retornar para a escola, enquanto a criança é pequena, apresentam sofrimento pelo afastamento do filho, evitando deixar a criança em casa, costumam enfrentar o problema de ausência cotidiana na sala de aula. Por isso, a importância de se construir um currículo e um planejamento pedagógico que aborde as metodologias para acolher essas adolescentes.

## O currículo escolar e o território da escola

À origem da palavra currículo vem do latim “currere”, que significa caminho. Logo a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas, com vistas ao desenvolvimento pleno do estudante é fundamental. Por isso a importância de elaborar um currículo escolar que alcance de forma didática todas as problemáticas do cotidiano adolescente, inclusive a sexualidade e a gravidez precoce.

O currículo é fundamental na gestão de conhecimento no ambiente educacional. Ele torna-se uma rota importante, no qual aponta os conteúdos, quanto as formas de trabalho. A partir da sua escolha metodológica, a instituição pode adotar abordagem disciplinar ou interdisciplinar.

O currículo é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos. Sua inspiração “teórica” é a “administração científica” de Taylor. Para um número considerável de escolas, de professores, de estudantes, de administradores educacionais, “aquilo” que Bobbitt definiu como sendo currículo tornou-se uma realidade, Silva (2007). Bobbitt apesar de uma visão conservadora buscava uma transformação no sistema educacional. Alguns conceitos em relação ao currículo são fundamentais e vão se construindo ao decorrer da história.

No entanto, faz-se necessário enfatizar que atualmente as instituições de ensino precisam de uma base curricular que trate sobre sexualidade de forma dinâmica e que amplie esse espaço de diálogo para alcançar o ambiente educacional e familiar.

Atualmente, apontar que a sexualidade precisa ser trabalhada na base curricular sob

uma ótica inovadora, abordando temas que vão além das ciências biológicas é completamente desafiador, pois a sociedade brasileira ainda é conservadora e ao mesmo tempo permissiva em relação a seus jovens. Cabe ressaltar que se por um lado uma parte da sociedade não quer dialogar por encarar esse tema como tabu, por outro lado acham desnecessário por existir diversos meios de comunicação onde disponibilizam informações sobre diversos assuntos, incluindo temas da sexualidade.

A sexualidade é um componente da condição humana e abrange um conceito vasto que ultrapassa a genitalidade, de modo que as diversas sociedades possuem valores culturais sobre as questões acerca da sexualidade e estas permeiam ao longo das diversas gerações. As ideias compartilhadas sobre a sexualidade estão presentes nos signos culturais que circulam e são reforçados pela mídia e práticas sociais. Nesse contexto, os meios de comunicação trazem diversas mensagens acerca dos valores que permeiam e direcionam a sexualidade humana, o que pode reforçar normas sobre determinados aspectos da vida sexual dos adolescentes. (SENA, 2013, p.27)

Neste ponto a base curricular deve apresentar como proposta de trabalho para a escola a elaboração e implementação de estratégias pedagógicas para esclarecer e dialogar sobre sexualidade com os jovens. Trabalhar de forma dinâmica nas escolas temas que reflitam sobre a prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, utilização de métodos contraceptivos, assim como a prevenção contra gravidez indesejável, e se por ventura for desejável, abordar a respeito do planejamento familiar, dialogando sobre as escolhas, decisões que terão que assumir e as consequências de cada atitude. Essa prática profissional pode ser elencada na proposta curricular, visando em sua prática a equipe multidisciplinar. Nesse contexto, poderá implementar técnicas junto aos professores que auxiliem o os adolescentes e jovens a construir conhecimentos, habilidades e competências para compreender a temática, contextualizando o ensino-aprendizagem.

## CAPÍTULO III: CAMINHO METODOLÓGICO

Na perspectiva de Ludke (2003, p.1), verificamos que: “Para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto, e o conhecimento teórico acumulado em torno dele”. Os encaminhamentos do processo de pesquisa se estruturam mediante a investigação de um fenômeno que se quer conhecer, em um processo de sucessivas aproximações. O problema investigado nunca se esgota, pois sempre desvelaremos outros fenômenos nessa busca incessante de deciframos a realidade, devido a sua relação dialética, a dinâmica da própria vida e a constante transformação dos seres humanos.

Desse modo, procuramos adotar como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, por se configura como pertinente ao estudo do objeto pesquisado. Construímos a discussão seguindo o estudo com o levantamento de literatura através de autores especialistas da área, bem como a partir da pesquisa de documentos conseguimos nos aproximar de fontes que já produziram investigação relevante sobre a temática, bem como estabelecemos a melhor conexão com o nosso objeto de investigação, objetivando alcançar o máximo de conhecimentos e informações relevantes sobre o problema pesquisado.

A pesquisa é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e com a capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude de “aprender a aprender”, e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório. (DEMO, 2000, p.128)

Nesse sentido, situamos o estudo na abordagem qualitativa, apresentando a contextualização da temática, definindo como proposta a problematização e reflexão sobre os desafios enfrentados pelas adolescentes diante do enfrentamento da situação da gravidez na adolescência. Consideramos as dificuldades para prosseguir na vida escolar, os diversos obstáculos para

se manter economicamente, ao mesmo tempo em que precisam cuidar e educar uma criança, a precariedade da vida familiar que muitas vezes não confere com a condição demandada como espaço de abrigo e acolhimento das adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Partindo do pressuposto de que a família, enquanto instituição social deve proporcionar vínculo afetivo, bem como representar as condições de apoio e solidariedade ao adolescente em formação e de que um ambiente familiar agressivo e desequilibrado pode repercutir negativamente sobre a saúde, desempenho escolar e o desenvolvimento humano das(os) adolescentes; acredito que o desvelamento das histórias de adolescentes com vivência de violência intrafamiliar poderá oferecer elementos que auxiliem para maior visibilidade do fenômeno. (MAGALHÃES, 2015, p. 13)

Também é importante ponderarmos sobre a relevância da perspectiva social e econômica das famílias das adolescentes em condições de precarização, gerando uma situação de conflitos na vida doméstica pela falta de estrutura financeira, a falta de compreensão dos pais e responsáveis, repercutindo em problemas de agressão e violência, castigo e punição praticada pelos adultos do núcleo doméstico.

Assim sendo, diversas questões surgem permeadas pela problemática da gravidez na adolescência, provocando temores, insegurança, instabilidade emocional, vergonha dos professores, acanhamento diante dos colegas na escola e vizinhança. Na maioria dos casos identificamos que a adolescente quase sempre vai assumir o cuidado e criação do seu filho sozinha, mesmo podendo contar com um membro da família, falta uma rede de proteção e amparo, indiferença da escola, ausência de atenção e cuidado dos educadores, o que pode acarretar o abandono e a evasão escolar, dificultando a construção de projetos de vida, acesso a bens culturais e intelectuais para o seu desenvolvimento acadêmico atual e futuro.

## Resultados e discussões

No decorrer do desenvolvimento humano várias fases são consideradas marcantes, caracterizando mudanças profundas que sofrem as influências de diferentes aspectos. Assim temos que a adolescência faz parte das etapas com as maiores alterações no corpo físico, na organização psicológica, mental e intelectual do sujeito adolescente.

Dentre as alterações físicas, encontramos o início da vida sexual, que nas últimas décadas é registrada, apesar dos números oficiais apresentarem uma diminuição, ainda consta um número considerado de mães adolescentes, apresentando como resultado o agravamento da si-

tuação das meninas em situação escolar, pois as meninas passam a assumir a responsabilidade da maternidade em um momento fundamental do seu desenvolvimento cognitivo e intelectual.

Em muitos casos, a gravidez na adolescência está relacionada com a situação de vulnerabilidade social, bem como com a falta de informações e acesso aos serviços de saúde, e ao baixo status de adolescentes mulheres nas relações sociais vigentes, sobretudo das pobres e negras. Alguns estudos têm explorado a relação entre gravidez na faixa etária de 10 a 14 anos e a ocorrência de violência sexual, hipótese que não tem sido contestada (BRASIL, 2013, p. 67)

A gravidez na adolescência faz parte das preocupações mundiais tratada com problemática de saúde pública, pois é determinante a preservação da saúde materna, principalmente das adolescentes das classes mais pobres, que vivem em situações de precarização social e econômica. Como fatores de risco apontamos os quadros de anemias, eclampsia, rejeição a criança, depressão pós-parto, com o agravamento de mortalidade das adolescentes grávidas, bem como o comprometimento do desenvolvimento saudável das crianças.

Embora o número de gestações na adolescência venha caindo no país – passando de 721.564 (em 2000) para 434.573 (em 2018) –, o Brasil ainda possui taxa de 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes e jovens mulheres entre 15 e 19 anos. O índice é elevado em comparação com a taxa mundial, de 46 nascimentos, e fica acima da média latino-americana (65,5 nascimentos). O estudo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), publicado em 2018, aponta que a gravidez na adolescência ocorre com maior frequência entre as meninas com menores escolaridade, renda e acesso a serviços públicos, além das que estão em situação de maior vulnerabilidade social. (CONASS, 2020)

Outrossim, é cada vez mais preocupante o nascimento prematuro da criança, podendo ocorrer o óbito pelas complicações do parto, ou pela sua prematuridade, subnutrição, baixo peso, provocando o agravamento da saúde da criança e da adolescente. Também o abandono da menina pelo parceiro agrava ainda mais a problemática ocasionadas pela gravidez. Com a vulnerabilidade econômica e social da família, a adolescente passa a ser uma preocupação dos adultos que enfrentarão mais um desafio para educar e cuidar da criança. No caso das meninas pobres, poderá ocorrer o aumento da fragilização econômica e maior precarização, sendo isso um fator que poderá desencadear a sua desistência de continuar frequentando a escola, pois muitas vezes precisarão começar a trabalhar para ajudar nas despesas com a criança e no seu próprio sustento.

As expectativas contemporâneas em relação às adolescentes são de que a maternidade só deve ocorrer após a mulher concluir alguns estágios da vida adulta: os estudos, a profissão, o emprego, o casamento, a casa. Antes disso, esse evento provoca uma ruptura no processo de desenvolvimento da família como um todo, pela expectativa de que, com a evasão escolar, a filha mantenha-se dependente da família. A gravidez adolescente passa a ser vista como a grande responsável pelo abandono escolar das jovens, o que gera, ao longo do desenvolvimento das mulheres, uma condição de subsistência precária, mantendo-as em situações sócio-econômicas desfavoráveis (FONSECA, 2004, p.22)

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas considerem a elaboração, construção e viabilização de programas e projetos para disseminar medidas preventivas produzindo mais informações, debates com adolescentes e jovens, rodas de diálogos, realização de projetos educativos para educar valorizando o estudo da sexualidade, abolindo os tabus e preconceitos no ambiente escolar. É importante considerar que a educação é fator de problematização e reflexão, implicando em tecer diálogos com os adolescentes e jovens sobre essa etapa da vida, a importância dos estudos, o desenvolvimento das competências cognitivas e intelectuais, a necessidade do amadurecimento antes de enfrentar uma gravidez precoce, para não paralisar a realização dos projetos futuros.

É importante observar a necessidade de direcionamentos específicos para os adolescentes acerca do processo sexual, reprodutivo e de planejamento familiar com implícita necessidade de organização de serviços de saúde de qualidade em parceria com as escolas, para que possibilitem atendimento aos adolescentes por profissionais capacitados, buscando maior compreensão e, conseqüentemente, melhor prevenção desses acontecimentos. (BRASIL, 2013, p. 44)

Sendo assim, considerando os documentos oficiais, apontamos a relevância do estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente na sala de aula, sendo um dos indicadores apresentados no campo da educação, demonstrando a viabilidade da sua relação com o planejamento do currículo, para apresentar e fomentar discussões que integrem a vida dos jovens. Dentre as temáticas destacamos dialogar sobre a escola que deve considerar o adolescente e o jovem como sujeito de direito, a sexualidade, saúde, artes, literatura, cinema, música e dança, discutindo a vivência da vida sexual com responsabilidade, incluindo essas ações no currículo escolar com projetos filmicos, audiovisual, literatura, artes plásticas e poesia. A escola deve contar sempre com a participação dos adolescentes em rodas de diálogos, com diversas atividades formativas e educativas, na participação e exercício da competência social, cidadã e política, eliminando a visão de que o adolescente é incapaz de pensar, devendo ser respeitado como sujeito, ser pensante e atuante na vida social e pública.

A nossa primeira sugestão metodológica é que os professores se organizem para este trabalho e, com orientação de um/a coordenador/a, por exemplo, perguntem uns aos outros se já ouviram falar no Estatuto da Criança e do Adolescente, e o que sabem ou pensam a propósito. Em seguida, propõem se questionamentos sobre o assunto, anotando-se as respostas, seguidos de debates. Esta primeira etapa (conhecimentos prévios e questionamentos) chama à leitura dos textos aqui apresentados para se iniciar uma segunda dimensão do ensino-aprendizagem; a mediação e aprofundamento do Estatuto a partir das leituras dos temas propostos e das respectivas atividades indicadas em cada texto. Esta leitura pode ser feita de diversas formas e a partir de uma dinâmica adequada ao momento/espço escolar. O importante é conhecer e refletir sobre o Estatuto, criando a possibilidade da aplicação e síntese deste tipo de conhecimento. (BRASIL, 2012, p.19)

Diante desse cenário, é fundamental ultrapassar as barreiras limitantes na relação entre adolescentes e jovens e a escola, avançar na proposição de uma proposta curricular que vença o preconceito, os aspectos limitadores da educação da sexualidade dos sujeitos estudantes, pois a medida que surgem estudos e pesquisas no ambiente escolar passamos a eliminar o desconhecimento, vencendo a ignorância.

Nessa perspectiva, o acolhimento é um aspecto fundamental. Isso implica que todos os adolescentes e jovens que procuram o serviço de saúde sejam ouvidos com atenção, recebam informações, atendimento e encaminhamentos adequados. No mesmo sentido, é preciso que a burocracia não comprometa a qualidade do atendimento. Dessa forma, por exemplo, o acesso aos preservativos e ao teste de gravidez deve ser o mais abrangente e simples possível, favorecendo as ações de anticoncepção, de prevenção das DST/HIV/Aids e o acesso precoce ao pré-natal. Os serviços também devem procurar desenvolver estratégias para envolver os adolescentes e jovens do sexo masculino, estimulando a corresponsabilidade nas questões relacionadas à prevenção da gravidez, das doenças sexualmente transmissíveis e na criação dos filhos. (BRASIL, 2013, p. 68)

Considerar que os planos, programas e projetos podem construir pontes de diálogos sobre a vida dos adolescentes e jovens, reconhecendo esses sujeitos nas suas singularidades, isso deve ser um exercício contínuo da escola, dos educadores e da família. A mediação dos professores sobre a temática da sexualidade, prevenção da gravidez na adolescência, uso de preservativo, proteção das DST/HIV, possibilitará uma abordagem sistematizada sobre o assunto, dando mais confiança e credibilidade no enfoque apresentado.

Para promover a saúde sexual e a saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, é fundamental a realização de ações educativas sobre sexualidade, gênero, saúde sexual e saúde reprodutiva. Tais ações devem ter como princípio a igualdade entre homens e mulheres, incentivar o respeito mútuo nas relações e rejeitar todas as formas de violência, bem como atitudes discriminatórias, como a discriminação contra homossexuais ou a ridicularização dos adolescentes e jovens que não sejam sexualmente ativos. As informações oferecidas devem ser completas e precisas sobre sexualidade, anticoncepção, gravidez e proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. (BRASIL, 2013, p. 69)

Diante do exposto, a gravidez é uma problemática que coloca em situação limitadora a vida das adolescentes, muitas vezes colocando em risco a vida desses sujeitos, pois isso o Estado deve desenvolver e ampliar as ações de atenção produzindo benefícios na vida dos sujeitos adolescentes e jovens, acolhendo as suas dúvidas, estabelecendo uma rede de proteção.

A abordagem sobre a temática da sexualidade dos adolescentes e jovens deve ser considerada fazendo parte do rol dos direitos humanos, valorizando a atenção a sua saúde e preservação da vida dos adolescentes. Por isso, é fundamental que o Estado elabore e estabeleça programas e projetos dinamizadores, objetivando a construção de ações educativas, podendo ser realizadas na escola, na família, em grupos de pares em diálogos com os adultos, nos serviços de saúde, nas instituições, nas comunidades contando com serviço de voluntariados e outros, através de uma ampla rede de proteção da vida dos adolescentes e jovens.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento humano é caracterizado por etapas e essas etapas são influenciadas por diferentes fatores, a adolescência está inserida nessas etapas na qual acontecem várias alterações no corpo e mente do sujeito adolescente. Nas últimas décadas houve de fato um crescimento razoável no número de mães jovens, e o resultado disso acabou se tornando uma situação comum na sociedade brasileira, onde meninos e meninas adquirem essa responsabilidade em um momento muito importante no desenvolvimento humano.

A realidade de milhares de sujeitos adolescentes e jovens que engravidam em cada ano, exige cada vez mais uma ação efetiva da escola, pressionando o sistema educacional, e toda a questão curricular de dentro de uma instituição, já que essa situação gera também uma necessidade de acolhimento, entendimento e atenção diferenciada. Por isso, os professores precisam contextualizar, refletir e problematizar a temática da sexualidade dos adolescentes.

A atuais circunstâncias que envolvem o processo de gestação e maternidade são muito diferentes hoje do que se configurava anos atrás, modificando a perspectiva sobre gravidez, que era marcada pelo casamento, união entre pessoas para a formação da família. Como paradigma atual, as adolescentes, que vivem na zona urbana ou rural, devido ao acirramento dos problemas econômicos ocupam territórios com vulnerabilidade social e econômica, com a precarização de serviços básicos, falta de trabalho e precárias condições de moradia. Nesse caso, as adolescentes estão em período de escolarização, são estudantes solteiras, vivendo relacionamentos em união consensual, muitas vezes em relacionamentos com vulnerabilidade.

Entende-se que a junção desses fatores marcados por grande complexidade, tornam a questão da educação escolar uma situação que pode ser deixada de lado pela adolescen-

te grávida caso não receba ajuda dos adultos, sendo postergada para ser resolvida em outro momento da vida, pois os problemas da gravidez e mais tarde o nascimento do bebê tem mais importância na vida concreta dessas adolescentes. Por essa indiferença do poder público, da sociedade e dos sistemas de ensino muitas adolescentes abandonam a escola, passando a procurar emprego ou subemprego para se manter, ou ficando em casa cuidando do filho por não ter a possibilidade de deixar a criança com alguém para que possa estudar de forma adequada, e sem preocupações fora do ambiente escolar.

Desse modo, essas situações vivenciadas pelas adolescentes tem gerado grandes reflexões no campo da educação, assistência social e direitos humanos, traduzindo-se em amplos debates, criação de leis e modificações no corpo doutrinário dos documentos legais, como a obrigatoriedade da educação básica dos 04 aos 17 anos, objetivando assegurar a formação básica de crianças e adolescentes no Brasil.

Diante desse quadro, a partir da Constituição de 1988, observamos que os indicadores sociais, educacionais e econômicos apontaram um significativo aumento no número de adolescentes vivenciando a gravidez durante o período escolar, por isso foi necessário o maior investimento em educação. Documentos importantes no campo educacional surgiram como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Isso demonstra a preocupação em mapear as aprendizagens consideradas essenciais, dando ênfase na política, cidadania, vida cotidiana, tecnologia, literatura e artes, objetivando a construção de propostas curriculares principalmente na segunda etapa do ensino fundamental e médio, visando o desenvolvimento dos adolescentes e jovens.

As discussões apresentadas em nosso estudo são de extrema importância, não só para o campo da educação, mas para a sociedade como um todo. É durante os debates e questionamentos que surgem novas concepções e formulação de políticas de atendimento à saúde integral dos adolescentes e jovens, adequação na perspectiva de educação inclusiva, criando um corpo de ideias para elaboração de políticas públicas, observando os problemas vivenciados pela população juvenil, dentre eles o problema da gravidez na adolescência.

A partir desse estado de consciência, poderemos reivindicar que o Ministério da Edu-

cação e Secretarias de Educação, rede pública de ensino proponha e formule ações para que todos os adolescentes e jovens possam ter uma educação escolar integral, percebendo o saldo positivo que esses sujeitos podem ter na sua vida educacional, social, cultural e familiar, com a garantia de acesso à bens e serviços, e promovendo melhores acessos aos bens culturais com qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e educação: a paixão pelo impossível. Ed. UNESP. São Paulo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Ed. BERTRAND BRASIL. Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: < [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf) >. Acesso em: 11, julho de 2020.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gestões e gestores de políticas de atenção à saúde da criança - 70 anos de História - Série I. História da Saúde. Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: < [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70\\_anos\\_historia\\_saude\\_crianca.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70_anos_historia_saude_crianca.pdf) >. Acesso em: 12, julho de 2020.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC, SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal n. 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
- \_\_\_\_\_. Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
- \_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular – BNCC / Ministério da Educação. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em 20/010/2019 as 20:00 min.
- \_\_\_\_\_. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil – 2019. Fundação Abrinq, 2019. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>>
- EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. Adolescência e Saúde. 2005;2(2): 6-7.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FONSECA, Ana Lucia Barreto da. Araújo, Neuraci Gonçalves de. Maternidade precoce: uma das conseqüências do abandono escolar e do desemprego. Rev Bras Cresc Deserzv Hum 2004;14(2): 21-25.
- HEIDEMANN, Miriam. Adolescência e saúde: uma visão preventiva: para profissionais de saúde e educação. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LEAL, M. Mãe antes da hora: entrevista. In: Monte de Vênus, 08 mar. 2005. Disponível em: <http://www.belezapura.org.br>.

MAGALHÃES, Julia Renata Fernandez de. Violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. Salvador, 2015.

PALÁCIOS, J. O que é a adolescência. Em Coll, C., Marchesi, A. & Palácios, J. Desenvolvimento psicológico e educação (pp. 263-273). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PRIORI, L. Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães usuárias do centro comunitário e social Dorcas do município de Toledo – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus – Toledo, 2008.

SCHUMACHER, V. Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar. Universidade Norte do Paraná. Pelotas, 2011. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/78807307/Tcc-GravidezNa-Adolescencia-Estrutura-Familiar>>. Acesso em: 14 de junho 2020.

SENA, Vera Lúcia de Moura. Representações sociais da gravidez na adolescência para profissionais de unidades de saúde da família. Recife: 2013.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

adolescência 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 37  
adolescente 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 33  
adolescentes 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37  
adulta 11, 30  
afastamento 8, 25  
afetividade 16  
agressividade 8  
ambiente 8, 16, 17, 19, 25, 28, 30, 31, 34

## B

BNCC 15, 23, 24, 36  
Brasil 4, 6, 8, 10, 12, 13, 16, 17, 29, 34, 36

## C

ciência 8  
competências 10, 24, 25, 26, 30  
cultural 12, 18, 35  
curricular 6, 11, 25, 26, 31, 33  
currículo 9, 10, 15, 23, 24, 25, 30

## D

desconfiança 8  
dificuldade 10, 13  
diretrizes 6, 8, 24, 34, 36  
doméstica 14, 15, 16, 28  
DST 31  
DSTs 14, 16

## E

ECA 11, 18, 19, 36  
econômica 8, 22, 28, 29, 33  
econômicas 12, 15, 30  
educação 6, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37  
educacionais 8, 24, 25, 34  
educacional 7, 17, 19, 24, 25, 33, 34, 35  
emocionais 7, 16, 23, 24  
emocional 16, 19, 23, 28  
escola 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

escolar 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 24,  
25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36  
estudantes 8, 15, 25, 31, 33

## F

família 7, 8, 9, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 28, 29,  
30, 31, 32, 33, 37  
familiar 8, 16, 19, 20, 25, 26, 28, 30, 35  
famílias 8, 28  
filho 8, 24, 25, 28, 34  
formação 6, 15, 28, 33, 34

## G

gestação 13, 14, 23, 24, 33  
grávida 14, 34  
gravidas 10, 18  
grávidas 6, 10, 13, 17, 20, 22, 24, 29  
gravidez 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19,  
20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37

## H

habilidades 10, 24, 26  
história 12, 23, 25, 37  
HIV 16, 17, 31  
humano 7, 12, 13, 16, 18, 23, 24, 28, 33

## I

idade 11, 12, 14, 24, 25  
infância 11, 18, 23  
instituição 8, 25, 28, 33  
integral 13, 15, 18, 19, 20, 24, 34, 35

## J

jovens 6, 16, 17, 18, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36  
juvenil 34  
juventude 10, 12

## L

legal 10, 12, 17, 18, 20  
liberdade 7, 8, 10, 16, 19, 20

## M

mudanças 7, 8, 10, 11, 13, 28  
mulheres 8, 13, 29, 30, 31

## P

paradigmas 10  
parâmetros 24  
PCN 23  
políticas 18, 20, 22, 30, 34, 36  
população 34  
precoce 6, 8, 9, 13, 14, 16, 22, 25, 30, 31, 36  
prevenção 12, 26, 30, 31  
problemática 7, 9, 10, 12, 13, 22, 28, 29, 32  
professores 7, 8, 9, 15, 19, 25, 26, 28, 31, 33  
programas 6, 8, 18, 20, 22, 30, 31, 32  
psicológica 8, 11, 14, 17, 28  
pública 8, 9, 13, 14, 19, 22, 29, 30, 35  
públicas 8, 18, 19, 20, 22, 30, 34, 36

## Q

qualidade 13, 20, 30, 31, 35

## R

reflexão 11, 12, 13, 15, 27, 30  
responsabilidade 4, 14, 22, 24, 25, 29, 30, 33

## S

saúde 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37  
sexo 14, 15, 17, 18, 31  
sexual 6, 8, 9, 10, 14, 16, 20, 23, 26, 28, 29, 30, 31  
sexualidade 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 33  
sociais 10, 12, 13, 14, 15, 17, 23, 26, 29, 34, 37  
social 8, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37  
sociedade 8, 9, 10, 18, 20, 26, 33, 34  
socioeconômicas 22  
socioeconômico 13

## T

tecnologia 8, 34  
trabalho 6, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 31, 33

## V

vida 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35  
violência 8, 14, 15, 16, 18, 20, 23, 28, 29, 31  
vulnerabilidade 18, 19, 28, 29, 33



## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Monique Eleres do Nascimento**

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do grupo de pesquisa do CEFORT/FACED/UFAM. Pesquisadora na categoria Iniciação Científica – PIBIC/UFAM. Recebeu o título de Menção Honrosa pela realização de pesquisa no período de 2020 a 2021 no âmbito do PIBIC/UFAM.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3420106760701469>

### **Silvana Barbosa Pinto**

Professora Mestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do grupo de pesquisa do CEFORT/FACED/UFAM. Professora orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/UFAM. Recebeu o título de Menção Honrosa pela realização de orientação de pesquisa no período de 2020 a 2021 no âmbito do PIBIC/UFAM.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7994637711729662>

